



GT 09. Antropologia das Mobilidades

Coordenador(es):

André Dumans Guedes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Sessão 1

Debatedor/a: John Cunha Comerford (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Cristina Patriota de Moura (UNB - Universidade de Brasília)

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se "entre" lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

"Quadrados burros", "espinhas de peixe" e outros caminhos no meio rural amazônico

Autoria: Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Conforme as diretrizes do INCRA (1984), a colonização da Amazônia funcionou como ocupação de "vazio demográfico", "pilar de integração da Amazônia ao território nacional". Os funcionários do INCRA que trabalharam em Rondônia, à época, utilizam a expressão "quadrado burro" para denominar as áreas de ocupação. Os lotes eram recortados em forma de retângulos que não obedeciam limites de relevo ou hídricos, tornando, muitas vezes, a produção inviável. No caso de Roraima, utilizava-se a expressão "espinha de peixe", a terra também era vista a partir da prancheta da administração estatal, organizada a partir de uma vicinal que recebia a denominação de tronco, de onde partiam outras - as "espinhas", recortando os lotes. O objetivo desse artigo é compreender as trajetórias e narrativas dos deslocamentos de famílias beneficiárias das políticas públicas militares de acesso à terra entre as décadas de 1970 e 1980. Os dados etnográficos foram construídos a partir de pesquisas realizadas em dois estados da Amazônia brasileira: Rondônia e Roraima, centrando na apreensão nativa das categorias terra, família e deslocamento. Essas noções descrevem não somente esta história de colonização, mas também um modo de existência próprio dos chamados "pioneiros" e de suas famílias, profundamente articulado ao movimento. Mais do que simplesmente descartar a noção de migrante, o intuito foi problematizá-lo como um processo social ou um "fato social total", para utilizar os termos maussianos citados por Sayad (1998, p. 16). O contexto de estudo



em Rondônia são os PAD (Projetos de Assentamento Dirigidos) Burareiro e Marechal Dutra, criados respectivamente em 1974 e 1978, em Ariquemes, nordeste do estado. Já em Roraima, o contexto de pesquisa é a vicinal 15, localizada no município de Caroebe, no sudeste do estado, parte do Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu criado em 1983. Assim como o estado do Amapá, Roraima era anteriormente território federal e só recentemente está sendo concluído o processo de regularização fundiária. O fato de mais de 20 por cento das terras ainda serem passíveis de regularização favorece o uso indiscriminado dessas para grilagem e agronegócio, também em áreas de ocupação antiga como os projetos de colonização. Verifica-se que as movimentações de família são responsáveis, em última medida, por criar mais família, tornando a ruptura parte constitutiva, portanto, não disruptiva, da dinâmica familiar. Trata-se de estratégias não ?oficiais? que são também contadas por outras famílias que se deslocaram para a Amazônia em 1970 e 1980. Estão em jogo, portanto, a política em outros termos, especificamente no que tange à compreensão dos modos de ser e de pertencer, ligados à gestão da terra na Amazônia.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: